



CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ

PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER Nº: 051/2021

PROCESSO Nº: 1.281/2021

AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

RELATOR: JOSÉ RICARDO ADAMY DA ROSA

MATÉRIA: PROJETO DE LEI

DATA: 13.08.2021

PARECER: FAVORÁVEL

Ementa: “Autoriza o Poder Executivo Municipal transferir recursos para Associação Hospital de Caridade Ijuí, mantenedora da Escola de Educação Infantil do HCI, para os fins que menciona, e dá outras providências.”.

1. RELATÓRIO

A matéria em análise tramita nesta Casa Legislativa, sob a forma de projeto de Lei, por iniciativa do Poder Executivo Municipal, e autoriza o Poder Executivo Municipal transferir recursos para Associação Hospital de Caridade Ijuí, mantenedora da Escola de Educação Infantil do HCI, para os fins que menciona, e dá outras providências.

O projeto de lei em questão versa sobre a autorização para o Poder Executivo Municipal repassar verbas públicas para a Associação Hospital de Caridade Ijuí - HCI, mantenedora da Escola de Educação Infantil do HCI.

A legislação admite a possibilidade de serem transferidos para estabelecimentos de ensino os recursos financeiros recebidos pelo Município de Ijuí por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, com a finalidade de viabilizar ações consideradas de apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino, para efeitos da distribuição de recursos previstos no **caput** do art. 212-A da Constituição Federal.

Nesse sentido, em relação à Escola de Educação Infantil do HCI, tocante ao exercício 2021, é possível o referido repasse no âmbito das ações consideradas de apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino, em conformidade com o que prescreve o art. 25 da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, combinado com o art. 70 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A partir do exercício 2022, por sua vez, limitado ao período de vigência da parceria autorizada, a transferência será possível com base no cômputo das matrículas desse educandário no censo escolar realizado pelo Ministério da Educação, em conformidade com o inciso I do § 3º e § 4º do art. 7º da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

A transferência de recursos necessária, por sua natureza, demanda a celebração de parceria em conformidade com as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, sem prejuízo de outras normativas incidentes, eis que presentes, frise-se, a identidade e a reciprocidade de interesse das partes na sua realização, em mútua cooperação, considerando o histórico desempenhado e a reconhecida qualificação da Escola de Educação Infantil e da Associação Hospital de Caridade Ijuí.

Conforme exposto e a par da análise técnica e jurídica consubstanciada na documentação ora inclusa, inclusive no tocante à programação orçamentária e sua respectiva dotação para consecução do objeto a ser pactuado, faz-se necessária autorização legislativa para a transferência dos recursos públicos para a Associação Hospital de Caridade Ijuí, a fim de viabilizar as atividades escolares desenvolvidas pela Escola de Educação Infantil do HCI.



CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O Projeto de Lei em tela encontra-se nesta Comissão, em atendimento as normas regimentais que disciplinam a sua tramitação, estando sob a responsabilidade desta Relatoria, para que seja apresentado o Parecer referente aos aspectos legais, financeiros e orçamentários gerados com o mesmo.

2. PARECER

Em relação aos aspectos legais, o projeto de Lei está adequadamente proposto, conforme analisou a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

No que se refere aos aspectos financeiros e orçamentários, destaca-se, que a programação e dotação orçamentária para a celebração da parceria existem previamente, e serão custeadas com recursos oriundos do FUNDEB.

3. CONCLUSÃO

Considerando os fundamentos legais, financeiros e orçamentários expostos acima e o debate do Processo, esta Relatoria resolve exarar este Parecer de forma favorável à aprovação deste Projeto de Lei.

É o Parecer,

S. M. J.

SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ, EM 13 DE AGOSTO DE 2021.

José Ricardo Adamy da Rosa,
Vereador/Presidente/Relator.

Cleuton Antunes Rolim,
Vereador/Vice-Presidente.

Adalberto de Oliveira Noronha,
Vereador.

Paulo Roberto Fernandes Braga,
Vereador.

Ubiratan Machado Erthal,
Vereador.